

ANEXO II

Condições gerais aplicáveis aos acordos de contribuição da Comunidade Europeia com organizações internacionais

Disposições gerais e administrativas

Artigo 1º - Obrigações gerais	2
Artigo 2º - Obrigações em matéria de informação e de apresentação de relatórios narrativos e financeiros.....	3
Artigo 3º - Responsabilidade	5
Artigo 4º - Conflito de interesses.....	5
Artigo 5º - Confidencialidade	5
Artigo 6º - Visibilidade	6
Artigo 7º – Propriedade e utilização dos resultados da acção e do equipamento.....	7
Artigo 8º - Avaliação da acção	7
Artigo 9º - Alteração do acordo.....	7
Artigo 10º - Subcontratação.....	8
Artigo 11º - Período de execução do acordo, suspensão, força maior	9
Artigo 12º - Denúncia do acordo	10
Artigo 13º - Resolução de litígios.....	11

Disposições financeiras

Artigo 14º - Custos elegíveis	12
Artigo 15º - Pagamentos	13
Artigo 16º - Contabilidade e controlo técnico e financeiro	15
Artigo 17º – Montante final do financiamento da entidade adjudicante	16
Artigo 18º – Reembolso.....	17

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

ARTIGO 1º - OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1.1. A Organização assegurará que a Acção é executada em conformidade com a Descrição da Acção que figura no Anexo I, sendo responsável pela consecução dos objectivos nela fixados. A Organização presta contas sobre a evolução dos indicadores de desempenho fixados na Descrição da Acção.
- 1.2. A Organização executará a Acção com o cuidado, eficácia, transparência e zelo necessários, de acordo com as melhores práticas no domínio em causa e em conformidade com o presente Acordo.

Envidará todos os esforços no sentido de mobilizar a totalidade dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a completa realização da Acção, tal como especificados na Descrição da Acção.

- 1.3. A Organização executará a Acção, quer pelos seus próprios meios quer em parceria com uma ou mais das organizações mencionadas na Descrição da Acção. Pode igualmente subcontratar partes da Acção, em conformidade com o disposto no artigo 10º do presente Acordo.

Os parceiros participam na execução da Acção, sendo os custos por eles incorridos elegíveis nas mesmas condições que os custos incorridos pela Organização.

A Organização será plenamente responsável pela coordenação e execução de todas as actividades contratadas. A Entidade Adjudicante não reconhecerá qualquer vínculo contratual entre ela própria e o(s) parceiro(s) da Organização, nem entre ela e um adjudicatário.

- 1.4. A Organização compromete-se a garantir que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 14º, 16º e 17º do presente Acordo sejam igualmente aplicáveis aos parceiros e adjudicatários envolvidos.
- 1.5. A Organização tomará as medidas necessárias para prevenir irregularidades, fraude, corrupção ou outras actividades ilícitas no âmbito da gestão da Acção. Todos os casos comprovados ou suspeitos de irregularidade, fraude e corrupção associados ao presente Acordo, bem como as medidas de remediação correspondentes tomadas pela Organização devem ser comunicadas sem tardar à Entidade Adjudicante.

Se for caso disso, a Entidade Adjudicante denunciará os contratos com os parceiros, adjudicatários ou agentes envolvidos em actos fraudulentos ou práticas de corrupção relacionados com a presente Acção ou outras acções executadas pela Organização e financiadas pela Comunidade Europeia ou pela Entidade Adjudicante, tomando todas as medidas razoáveis necessárias para recuperar os fundos que tenham sido indevidamente pagos.

- 1.6. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 1º e no artigo 10º, o Acordo e os pagamentos que dele decorram não poderão em nenhuma circunstância ser cedidos a um terceiro sem o acordo prévio escrito da Entidade Adjudicante.
- 1.7. As disposições relativas às "Acções de gestão conjunta" das presentes Condições Gerais podem ser aplicadas caso seja preenchida pelo menos uma das seguintes condições:

- A realização da Acção implica a necessidade de congregar recursos provenientes de diversos doadores e não é razoavelmente possível ou oportuno determinar o contributo específico de cada doador para cada tipo de despesa (seguidamente "Acções com diversos doadores"). O nº 2 do artigo 3º das Condições Especiais não indicará a percentagem do custo total elegível estimado que a Entidade Adjudicante se compromete a financiar, sempre que o financiamento

final da Acção não seja conhecido aquando da assinatura do Acordo; ou

- A Comissão Europeia e a Organização estão vinculadas por um acordo-quadro de longo prazo que define as disposições administrativas e financeiras da respectiva cooperação; ou

- A Comissão Europeia e a Organização avaliaram conjuntamente a viabilidade e definiram a execução da Acção.

- 1.8. Se não for a Entidade Adjudicante, a Comunidade Europeia não será Parte no presente Acordo, que lhe conferirá unicamente os direitos e obrigações explicitamente mencionados. No entanto, deverá aprovar o Acordo para assegurar o financiamento da contribuição da Entidade Adjudicante pelo Orçamento das Comunidades Europeias¹, pelo que serão aplicáveis as disposições do Acordo em matéria de visibilidade.

ARTIGO 2º - OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE INFORMAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS NARRATIVOS E FINANCEIROS

- 2.1. A Organização transmitirá à Entidade Adjudicante todas as informações relativas à execução da Acção. Para o efeito, a Organização facultará, antes da assinatura do presente Acordo, um plano de trabalho para o primeiro período de execução, tal como especificado na Descrição da Acção. A Organização elaborará relatórios de progresso e um relatório final, que serão constituídos por uma parte narrativa e uma parte financeira. Estes relatórios serão constituídos por uma parte técnica e uma parte financeira que abrangerão o conjunto da Acção, independentemente de esta ser total ou parcialmente financiada pela Entidade Adjudicante.
- 2.2. A Entidade Adjudicante poderá solicitar a qualquer momento informações complementares, indicando as razões do seu pedido. Tais informações deverão ser comunicadas num prazo de 30 dias a contar do pedido.
- 2.3. A Organização deverá enviar à Entidade Adjudicante relatórios de progresso em conformidade com as modalidades a seguir indicadas. Cada relatório deve contemplar todos os aspectos da execução da Acção durante o período a que se refere.

O relatório deve ser estruturado de forma a permitir uma comparação entre o(s) objectivo(s), os meios propostos ou utilizados (nomeadamente todas as despesas efectivamente assumidas pela Organização), os resultados previstos e os resultados obtidos, bem como os elementos do orçamento da Acção. O nível de pormenor de qualquer relatório deve corresponder à Descrição da Acção e ao orçamento da Acção.

- 2.4. O relatório narrativo deverá incidir directamente sobre o presente Acordo e incluir, no mínimo, os seguintes elementos:
- Resumo e contexto da Acção;
 - Actividades realizadas no decurso do período de referência (isto é, directamente relacionadas com a Descrição da Acção e com as actividades previstas no presente Acordo);
 - Dificuldades encontradas e medidas adoptadas para ultrapassar os problemas;
 - Alterações introduzidas na execução;
 - Realizações/resultados, utilizando os indicadores previstos no presente Acordo;

¹ No caso de uma contribuição financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, o financiamento comunitário mencionado corresponde ao financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

- Plano de trabalho para o período seguinte que inclua uma definição dos objectivos e dos indicadores de desempenho correspondentes. Caso o relatório seja transmitido após o final do período abrangido pelo programa de trabalho precedente, será necessário redigir, antes dessa data, um novo programa de trabalho, mesmo provisório.
- 2.5. O relatório final deverá incluir os elementos acima referidos (com excepção do último travessão) cobrindo todo o período de execução do presente Acordo, informações sobre as medidas adoptadas para assegurar a visibilidade do financiamento da União Europeia, uma lista pormenorizada das transferências de propriedade mencionadas no nº 3 do artigo 7º, se for caso disso, bem como um mapa recapitulativo completo das receitas e das despesas da Acção e dos pagamentos recebidos.
- 2.6. Os relatórios serão redigidos na mesma língua do Acordo e entregues nos seguintes prazos:
- Se os pagamentos forem efectuados segundo a opção 1 prevista no nº 1 do artigo 15º:
- o relatório de progresso deve ser apresentado à Entidade Adjudicante no termo de cada período de 12 meses, se o período de execução do presente Acordo for mais prolongado;
 - o relatório final deverá ser apresentado à Entidade Adjudicante o mais tardar seis meses após o termo do período de execução do presente Acordo, tal como definido no artigo 2º das Condições Especiais.
- Se os pagamentos forem efectuados segundo a opção 1 prevista no nº 1 do artigo 15º:
- cada pedido de pagamento de pré-financiamento deverá ser acompanhado de um relatório de progresso
 - o relatório final deverá ser apresentado à Entidade Adjudicante o mais tardar seis meses após o termo do período de execução do presente Acordo, tal como definido no artigo 2º das Condições Especiais.
- 2.7. Os relatórios serão apresentados em euros e poderão ser elaborados a partir de fichas financeiras expressas noutras moedas, em conformidade com os requisitos jurídicos da Organização. Salvo disposição específica em contrário no nº3 do artigo 4º das condições especiais, sempre que necessário, as despesas efectivas serão convertidas em euros à taxa de câmbio utilizada para registar a contribuição da Entidade Adjudicante nas contas da Organização.
- 2.8. Os relatórios adicionais eventualmente exigidos serão previstos nas condições especiais.
- 2.9. Se, na data-limite de apresentação do relatório final à Entidade Adjudicante prevista no nº 6 do artigo 2º, a Organização não tiver cumprido esta obrigação nem apresentado por escrito uma explicação aceitável dos motivos que a impediram de o fazer, a Entidade Adjudicante pode recusar pagar quaisquer montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança de todos os montantes indevidamente pagos.
- Além disso, se não tiver apresentado um relatório de progresso nem um pedido de pagamento no final de cada período de 12 meses seguinte à data prevista no nº 2 do artigo 2º das condições especiais, a Organização deverá comunicar à Entidade Adjudicante os motivos que a impediram de o fazer e indicar sucintamente o estado de adiantamento da Acção. Se a Organização não cumprir esta obrigação, a Entidade Adjudicante pode denunciar o Acordo em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 12º, recusar pagar os montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança dos montantes indevidamente pagos.
- 2.10. Paralelamente aos relatórios acima referidos, a Organização assegurará que os relatórios e balanço relativos ao adiantamento da Acção, publicações, comunicados de imprensa e

actualizações relativos ao presente Acordo sejam comunicados à Entidade Adjudicante à medida que forem sendo publicados.

A Organização e a Entidade Adjudicante (as “Partes”) comprometem-se ainda a envidar todos os esforços no sentido de promover uma estreita colaboração e intercâmbio de informações no âmbito da Acção. A Organização convidará a Comissão Europeia a participar em qualquer comité de doadores que possa ser constituído no âmbito das acções com diversos doadores.

- 2.11. A Organização informará sem demora a Entidade Adjudicante de qualquer circunstância susceptível de entravar ou de atrasar a execução da Acção.

ARTIGO 3º - RESPONSABILIDADE

- 3.1. A Organização assumirá todas as responsabilidades pelo cumprimento de quaisquer obrigações jurídicas que lhe incumbam.
- 3.2. A Entidade Adjudicante não poderá, em caso algum, nem invocando qualquer motivo, ser considerada responsável por danos ou prejuízos sofridos pelo pessoal ou pelos bens da Organização durante a execução da Acção ou em sua consequência. A Entidade Adjudicante não admitirá, portanto, qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por tais danos ou prejuízos.
- 3.3. Sob reserva do regime relativo aos privilégios e imunidades da Organização, esta última será a única responsável perante terceiros, nomeadamente por danos ou prejuízos de qualquer natureza que sejam causados a esses terceiros e relacionados e decorrentes da Acção. A Organização desvincula a Entidade Adjudicante de qualquer responsabilidade relacionada com eventuais reclamações ou acções judiciais resultantes da infracção de leis ou de regulamentações cometida pela própria Organização, pelos seus empregados ou pelas pessoas a seu cargo, bem como da violação dos direitos de terceiros.

ARTIGO 4º - CONFLITO DE INTERESSES

A Organização tomará todas as medidas necessárias para evitar conflitos de interesses e dará a conhecer sem demora à Entidade Adjudicante qualquer situação susceptível de constituir ou conduzir a um conflito de interesses.

Existe conflito de interesses sempre que o exercício imparcial e objectivo das funções de um interveniente na execução do presente Acordo se encontre comprometido por motivos familiares, afectivos, de afinidade política ou nacional, de interesse económico, ou por qualquer outro motivo de comunhão de interesses com outra parte.

ARTIGO 5º - CONFIDENCIALIDADE

Sob reserva do artigo 16º, a Entidade Adjudicante e a Organização comprometem-se a preservar a confidencialidade de qualquer documento, informação ou material relacionado com o Acordo devidamente classificado como confidencial, durante um período mínimo de 5 anos após a data final prevista no nº 5 do artigo 12º. Se a Comissão Europeia não for a Entidade Adjudicante terá, todavia, acesso a todos os documentos que tenham sido comunicados à referida Entidade, devendo garantir a mesma confidencialidade.

ARTIGO 6º - VISIBILIDADE

- 6.1. Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão Europeia, a Organização tomará todas as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento concedido à Acção pela União Europeia. As informações comunicadas à comunicação social e aos beneficiários de uma Acção, bem como todos os suportes publicitários, anúncios oficiais, relatórios e publicações devem mencionar o facto de a Acção ter sido realizada "com financiamento da União Europeia" e incluir da forma apropriada o logótipo da União Europeia (doze estrelas amarelas sobre fundo azul).

Pressupõe-se que o logótipo da Organização pode figurar normalmente nos seus equipamentos e veículos e que qualquer outra indicação que mencione que tais equipamentos ou veículos lhe pertencem pode igualmente neles figurar de forma bem visível. Sempre que os equipamentos, veículos e material importante tenham sido adquiridos graças aos fundos concedidos pela Comunidade Europeia, a Organização deverá indicá-lo de forma apropriada, designadamente neles apondo o logótipo europeu (doze estrelas amarelas sobre fundo azul), desde que tais acções não tenham por efeito pôr em causa os privilégios e imunidades da Organização ou a segurança do seu pessoal.

- 6.2. A dimensão e a disposição da menção da fonte de financiamento e do logótipo da União Europeia devem ser escolhidas por forma a assegurar devidamente a sua visibilidade e a não criar qualquer confusão em relação ao facto de que a Acção se inclui nas actividades da Organização, que os equipamentos e o material lhe pertencem e que os seus privilégios e imunidades se aplicam à Acção em causa.
- 6.3. Todas as publicações da Organização relativas a acções que beneficiaram de financiamento da Comunidade Europeia, independentemente da forma e do suporte utilizados, incluindo a Internet, devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade ou uma menção análoga: "O presente documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não reflectem necessariamente a posição oficial da União Europeia".
- 6.4. Se os equipamentos adquiridos graças a uma contribuição financeira da Comunidade Europeia não forem transferidos para os parceiros locais da Organização ou para o beneficiário final da Acção no termo do período de execução do presente Acordo, as exigências em matéria de visibilidade aplicáveis a esses equipamentos (nomeadamente a aposição do logótipo europeu) permanecem aplicáveis entre o final do período de execução do presente Acordo e a data de conclusão da Acção no seu conjunto, se esta última for posterior.
- 6.5. As menções relativas às contribuições da Comunidade Europeia devem indicar o montante destas contribuições em euros, entre parêntesis se necessário. A presente disposição não se aplica às publicações e relatórios da Organização elaborados em virtude dos seus próprios requisitos legislativos e em conformidade com estes últimos.
- 6.6. A Organização aceita que a Entidade Adjudicante e a Comissão Europeia (caso esta última não seja a Entidade Adjudicante) publiquem, sob qualquer forma e suporte, incluindo nos respectivos sítios Internet, o nome e o endereço da Organização, o objecto e o montante da contribuição, bem como, se for caso disso, a percentagem do co-financiamento.

Mediante pedido devidamente fundamentado da Organização, a Comissão Europeia pode aceitar renunciar a esta publicidade se a comunicação das informações acima referidas puder pôr em causa a segurança da Organização ou afectar negativamente os seus interesses.

ARTIGO 7º – PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA ACÇÃO E DO EQUIPAMENTO

- 7.1. A propriedade, os títulos e os direitos de propriedade industrial e intelectual dos resultados da Acção, bem como dos relatórios e outros documentos relativos a esta última, serão atribuídos à Organização, se for caso disso conjuntamente com terceiros ou tal como de outro modo acordado pela Organização.
- 7.2. Não obstante o disposto no nº 1 e sob reserva do disposto no artigo 5º, a Organização concederá à Entidade Adjudicante (e à Comissão Europeia, se esta não for a Entidade Adjudicante) o direito de utilizar livremente e da forma que considerar mais adequada todos os documentos decorrentes da Acção, independentemente da forma que assumam, desde que tal utilização não infrinja direitos de propriedade industrial e intelectual existentes.
- 7.3. Salvo disposição em contrário das condições especiais, os equipamentos, veículos e materiais adquiridos com o financiamento da Entidade Adjudicante serão transferidos para as autoridades ou parceiros locais (excluindo adjudicatários comerciais) da Organização ou para os beneficiários finais da Acção, uma vez concluída esta última. A prova documental dessas transferências será conservada para verificação, juntamente com os documentos mencionados no nº 3 do artigo 16º.

ARTIGO 8º - AVALIAÇÃO DA ACÇÃO

- 8.1. Os representantes da Comissão Europeia serão convidados a participar nas principais actividades de acompanhamento e nas missões de avaliação dos resultados da Acção. As conclusões destas missões de avaliação serão comunicadas à Comissão Europeia.
- 8.2. Esta disposição aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação que a Comissão Europeia deseje efectuar enquanto doador. As missões de avaliação dos representantes da Comissão Europeia devem ser planeadas e realizadas num espírito de colaboração entre o pessoal da Organização e os representantes da Comissão Europeia, não esquecendo o compromisso assumidos pelas Partes de assegurar a execução eficaz e eficiente do presente Acordo. Estas missões devem ser planeadas antecipadamente e os aspectos processuais devem ser decididos conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Organização antes da realização das missões. Antes da publicação do relatório final, a missão facultará à Organização um projecto do relatório para que esta formule as suas observações.

ARTIGO 9º - ALTERAÇÃO DO ACORDO

- 9.1. Qualquer alteração do Acordo, incluindo os respectivos anexos, deve ser efectuada por escrito e ser objecto de uma adenda ao Acordo.

Se o pedido de alteração emanar da Organização, esta deverá apresentá-lo à Entidade Adjudicante um mês antes da data em que a alteração deve entrar em vigor, excepto em casos devidamente justificados pela Organização e aceites pela Entidade Adjudicante. Qualquer pedido de prorrogação do período de execução do presente Acordo deverá ser devidamente justificado e apresentado, o mais tardar, um mês antes do final desse período.

- 9.2. Se a alteração à Descrição e /ou ao orçamento da Acção não afectar o objectivo essencial da Acção e as consequências financeiras se limitarem a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, incluindo a anulação ou a introdução de um número orçamental, ou a uma transferência entre rubricas do orçamento que implique uma variação (em termos cumulativos, se for caso disso) inferior ou igual a 15% do montante originalmente inscrito (ou alterado por uma rectificação formal) em relação a cada rubrica de custos elegíveis em causa, a Organização pode alterar o orçamento, devendo informar desse facto por escrito a Entidade

Adjudicante. As rubricas relativas às despesas administrativas e à provisão para imprevistos não poderão ser alteradas segundo este procedimento.

As alterações de endereço e as alterações de conta bancária podem ser objecto de uma simples notificação à Entidade Adjudicante. As alterações de conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento utilizando a ficha de identificação financeira que constitui o Anexo IV.

ARTIGO 10º - SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Se partes da Acção forem subcontratadas, as modalidades da subcontratação, incluindo em especial os princípios para a adjudicação de contratos e de subvenções, serão especificados na Descrição da Acção. Caso tais informações não sejam indicadas na Descrição da Acção, a Organização comunicá-las-á à Entidade Adjudicante logo que se encontrem disponíveis. A Organização informará igualmente a Entidade Adjudicante, o mais brevemente possível, de eventuais alterações destas modalidades. A Organização facultará informações pormenorizadas relativas às modalidades de subcontratação no relatório final.
- 10.2. Salvo acordo em contrário das Partes, por escrito, a adjudicação de contratos de obras, fornecimentos, serviços e de subvenções pela Organização ou seus parceiros no âmbito da Acção obedecerá às regras e procedimentos aplicáveis adoptados pela Organização.

Esta disposição aplica-se no pressuposto de que as regras e procedimentos da Organização são conformes às normas internacionalmente reconhecidas na matéria, de acordo com os princípios da transparência, proporcionalidade, boa gestão financeira, igualdade de tratamento e não discriminação, assegurando que não existem conflitos de interesses.

Sem prejuízo dos procedimentos específicos e das excepções aplicadas pela Organização, a adjudicação pela Organização de subvenções financiadas pela contribuição da Entidade Adjudicante deve conformar-se com os seguintes princípios:

- não pode ser cumulativa, atribuída retroactivamente ou ter por fim ou efeito proporcionar lucros ao beneficiário;
- deve implicar um co-financiamento, salvo em casos de situação ou crise humanitária, protecção da saúde e direitos fundamentais das pessoas, no caso de os beneficiários serem países terceiros ou outras organizações internacionais e havendo interesse da Comissão Europeia em ser o único doador.

- 10.3. Se tal for autorizado pelas disposições regulamentares da Comunidade Europeia, a origem dos fornecimentos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos seleccionados para a execução de actividades no âmbito da Acção serão determinadas em conformidade com as regras aplicáveis da Organização. Em qualquer caso, são igualmente elegíveis os fornecimentos, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares da Comunidade Europeia.

Em todos os outros casos, os parceiros, os adjudicatários, os peritos e os fornecimentos deverão ser nacionais ou originários da Comunidade Europeia ou dos países elegíveis para o programa do qual faz parte a Acção. Qualquer derrogação às regras de origem e da nacionalidade acima definidas está subordinada à aprovação prévia por escrito da Entidade Adjudicante, que tratará com a devida diligência os pedidos acompanhados da justificação apropriada .

- 10.4. A Organização adoptará medidas razoáveis, de acordo com os seus próprios procedimentos, para garantir que os proponentes potenciais e os beneficiários de subvenções sejam excluídos da participação num processo de concurso financiado pela contribuição da Entidade Adjudicante, caso:

- se encontrem em estado de falência ou sejam objecto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de actividade, ou sujeitos a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
 - tenham sido condenados por sentença transitada em julgado por qualquer delito que afecte a sua honorabilidade profissional;
 - tenham sido condenados por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa ou qualquer outra actividade ilegal que prejudique os interesses financeiros das Comunidades;
 - sejam culpados de falsas declarações na prestação das informações solicitadas como condição de participação no processo ou da não prestação das referidas informações;
 - sejam objecto de conflito de interesses.
- 10.5. Tendo em devida conta as regras aplicáveis em matéria de confidencialidade, segurança e protecção dos dados pessoais, a Organização comunicará anualmente à Entidade Adjudicante uma lista dos nomes dos beneficiários de contratos financiados pela Entidade Adjudicante para publicação (incluindo por meios electrónicos como a Internet), a menos que a referida publicação ex post seja garantida pela própria Organização.
- 10.6. Caso não sejam respeitadas as disposições acima mencionadas, os custos correspondentes não serão elegíveis para financiamento pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 11º - PERÍODO DE EXECUÇÃO DO ACORDO, SUSPENSÃO, FORÇA MAIOR

- 11.1. Independentemente da data de início da Acção e do seu período de execução, o período de execução do presente Acordo está previsto no artigo 2º das condições especiais.
- 11.2. A Organização pode suspender a execução da totalidade ou de parte da Acção se as circunstâncias (principalmente em caso de força maior) tornarem a prossecução da execução demasiado difícil ou perigosa. A Organização deverá informar desse facto sem demora a Entidade Adjudicante, comunicando todas as informações necessárias. O presente Acordo pode ser denunciado em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 12º. Se o Acordo não for denunciado, a Organização esforçar-se-á por limitar o período de suspensão e poderá retomar a execução da Acção logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, informando desse facto a Entidade Adjudicante.
- 11.3. A Entidade Adjudicante pode exigir que a Organização suspenda a execução da totalidade ou de parte da Acção se as circunstâncias (principalmente em caso de força maior) tornarem a prossecução da execução demasiado difícil ou perigosa. O presente Acordo pode ser denunciado em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 12º. Se o Acordo não for denunciado, a Organização esforçar-se-á por limitar o período de suspensão e poderá retomar a execução da Acção logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, mediante acordo prévio, por escrito, da Entidade Adjudicante.
- 11.4. O período de execução do presente Acordo será automaticamente prorrogado por um período equivalente ao período de suspensão, sem prejuízo das alterações do Acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a Acção às novas condições de execução.

- 11.5. Entende-se por "força maior", qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das Partes e não imputável a uma falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos seus contratantes, mandatários ou empregados), que a impeça de executar as suas obrigações decorrentes do presente Acordo e que não tenha podido ser superada apesar de a Parte em causa ter actuado com toda a diligência. Os defeitos a nível do equipamento ou do material, ou os atrasos na sua disponibilização, os conflitos laborais, as greves ou as dificuldades financeiras não poderão ser invocados como casos de força maior. Não pode considerar-se que uma Parte não cumpriu as suas obrigações ao abrigo do presente Acordo se de tal tiver sido impedida por um caso de força maior. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º, a Parte confrontada com um caso de força maior comunicará sem demora esse facto à outra Parte, precisando a sua natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis e tomará todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos.

ARTIGO 12º - DENÚNCIA DO ACORDO

- 12.1. Se, a qualquer momento, uma das Partes considerar que os objectivos do Acordo não podem ser realizados de forma eficaz e apropriada, procederá à consulta da outra Parte. Caso não se chegue a acordo sobre uma solução, qualquer das Partes pode denunciar o Acordo mediante um pré-aviso escrito de dois meses. Neste caso, a Organização só terá direito à parte da contribuição correspondente à parte da Acção executada, bem como ao reembolso dos compromissos contratuais que já tenha assumido para a execução da Acção, aos quais não possa razoavelmente pôr termo por motivos legais.
- 12.2. Sempre que a Organização:
- não cumprir, sem justificação, as obrigações que lhe incumbem e se, depois de notificada para cumprir por escrito, continuar a não cumprir ou a não apresentar uma explicação satisfatória no prazo de 30 dias a contar da data da notificação;
 - não respeitar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 1.º e no artigo 4.º;
 - tiver prestado declarações falsas ou incompletas para obter a contribuição prevista no Acordo ou tiver apresentado relatórios que não estejam em conformidade com a realidade;
 - tenha cometido irregularidades financeiras ou uma falta grave em matéria profissional;
 - registre uma alteração jurídica, financeira, técnica ou organizativa susceptível de afectar o presente Acordo de forma significativa ou de pôr em causa a decisão de atribuição;
- a Entidade Adjudicante iniciará discussões com a Organização e, caso não seja encontrada uma solução aceitável no prazo de um mês, pode denunciar o Acordo sem pré-aviso, não sendo obrigada a pagar qualquer indemnização. Neste caso, a Entidade Adjudicante pode exigir o reembolso total ou parcial de todos os montantes indevidamente pagos, após ter proporcionado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações.
- 12.3. Por antecipação ou em alternativa à denúncia do Acordo prevista no n.º 2 do artigo 12.º, a Entidade Adjudicante poderá suspender os pagamentos ou (excepcionalmente) a elegibilidade das despesas, a título cautelar, disso informando imediatamente a Organização.
- 12.4. O presente Acordo será automaticamente denunciado se não tiver dado origem a nenhum pagamento pela Entidade Adjudicante (incluindo o pré-financiamento) no período de três anos subsequente à sua assinatura.
- 12.5. As obrigações de pagamento da Comunidade Europeia ao abrigo do presente Acordo terminam 18 meses após o termo do período de execução previsto no artigo 2.º das Condições Especiais, a menos que o Acordo seja denunciado em conformidade com o presente artigo.

A Entidade Adjudicante notificará a Organização de qualquer alteração da data de conclusão. A Entidade Adjudicante adiará a data de conclusão, para poder cumprir as suas obrigações de pagamento, sempre que a Organização tenha apresentado o seu pedido de pagamento em conformidade com as disposições contratuais ou, em caso de litígio, até ao termo do processo de resolução do litígio previsto no artigo 13º.

ARTIGO 13º - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 13.1. As Partes envidarão todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente qualquer litígio ou reclamação relacionado com a interpretação, aplicação ou execução do presente Acordo, designadamente no que se refere à sua existência, validade ou denúncia. Caso não seja possível uma resolução amigável, qualquer das Partes pode submeter a questão a arbitragem em conformidade com o Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as Organizações Internacionais em vigor na data de assinatura do presente Acordo.
- 13.2. A língua a utilizar no processo de arbitragem é o inglês. O árbitro será nomeado pelo Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem mediante pedido escrito de qualquer das Partes. A decisão do árbitro será definitiva e obrigatória para todas as Partes.
- 13.3. Nenhuma disposição do presente Acordo pode ser interpretada como uma derrogação aos privilégios e imunidades concedidos a qualquer das Partes no Acordo pelo respectivo Estatuto ou pelo direito internacional.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 14º - CUSTOS ELEGÍVEIS

- 14.1. São considerados custos directos elegíveis no âmbito do presente Acordo, os custos que satisfaçam os seguintes critérios:
- ser necessários à execução da Acção, estar especificamente previstos no presente Acordo e satisfazer os princípios de boa gestão financeira, nomeadamente de economia e de relação custo/eficácia;
 - ter sido efectivamente registados no decurso do período de execução da Acção, tal como definido no artigo 2º das Condições Especiais, independentemente da data em que a Organização tiver desembolsado os fundos correspondentes;
 - ter sido lançados na contabilidade da Organização ou dos seus parceiros, ser identificáveis, devidamente comprovados por documentos originais (se for caso disso em formato electrónico) e controláveis em conformidade com as disposições do nº 4 do artigo 16º.
- 14.2. Sob reserva do disposto no número anterior e sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 10º, são nomeadamente elegíveis os seguintes custos directos incorridos pela Organização ou seus parceiros:
- os custos do pessoal afectado à Acção, correspondentes aos salários reais acrescidos dos encargos sociais e de outros custos que entram na remuneração (inclusive sob forma de provisões). Poderão ser incluídos os custos de pessoal suportados na sede, desde que possam ser identificados como directamente decorrentes da Acção. Os salários e custos não devem exceder os normalmente suportados pela Organização ou os parceiros;
 - as despesas de viagem e de estada do pessoal que participa na Acção, desde que não excedam as normalmente suportadas pela Organização ou os parceiros;
 - os custos de aquisição de equipamento (novo ou em segunda mão) imputáveis à Acção;
 - os custos de aquisição de bens e serviços (transportes, armazenagem e distribuição, aluguer de equipamento, etc.), desde que sejam directamente imputáveis à Acção;
 - os custos directamente decorrentes ou relacionados com a aceitação ou distribuição das contribuições em espécie;
 - os custos de materiais consumíveis e de fornecimentos directamente imputáveis à Acção;
 - as despesas de contratação directamente imputáveis à Acção;
 - a percentagem dos custos dos gabinetes externos que corresponda à actividade directamente imputável à Acção ou à percentagem financiada pela Entidade Adjudicante;
 - os custos que decorram directamente das exigências do Acordo (por exemplo, divulgação de informações, avaliação específica da Acção, elaboração de relatórios específicos para a Entidade Adjudicante, traduções, reprodução, seguros, formação específica do pessoal que participa na Acção ...), incluindo os custos associados aos serviços financeiros (nomeadamente, os custos das transferências bancárias).
- 14.3. Não são elegíveis os seguintes custos:
- dívidas e provisões para perdas ou dívidas;
 - juros devidos pela Organização a terceiros;
 - custos já financiados a partir de outras fontes;
 - compra de terrenos ou de edifícios;
 - perdas cambiais;

- imposições, direitos e encargos (a menos que a Organização não os possa recuperar e que sejam autorizados pela regulamentação da Comunidade Europeia aplicável).

14.4. Será considerada elegível a título de custos indirectos uma percentagem fixa dos custos directos elegíveis, que não pode exceder 7% para a Organização cobrir as despesas administrativas gerais incorridas para a Acção.

Sem prejuízo das disposições anteriores, para as Acções comparáveis e Acções para as quais exista mais do que um doador, o montante recuperado não pode ser superior nem inferior, em percentagem, ao montante recuperado no caso de outras contribuições comparáveis.

Os custos indirectos serão elegíveis se não incluírem custos abrangidos por outra rubrica do orçamento do presente Acordo.

Pode igualmente ser imputado aos custos indirectos o valor das contribuições em espécie efectuadas pela Entidade Adjudicante, incluindo os custos conexos.

Sempre que a percentagem aplicada em conformidade com as decisões dos órgãos de direcção da Organização exceda 7%, a Organização pode recuperar o saldo a título de custos directos elegíveis, sob reserva do respeito pelas disposições do presente artigo relativas aos custos directos elegíveis.

Os custos indirectos não serão elegíveis se o Acordo contemplar o financiamento de uma Acção realizada por uma Organização que já beneficie de uma subvenção de funcionamento por parte da Comunidade Europeia no decurso do período em causa.

14.5. No orçamento da Acção poderá ser inscrita uma provisão para imprevistos destinada a cobrir eventuais ajustamentos que se revelem necessários à luz de uma alteração das circunstâncias no terreno. A provisão para imprevistos não pode ser superior a 5% do montante total dos custos elegíveis e a sua utilização está sujeita a autorização prévia, por escrito, da Entidade Adjudicante, mediante pedido devidamente justificado da Organização.

14.6. Em caso de co-financiamento, as contribuições em espécie efectuadas pela Organização ou pelos seus parceiros não podem ser consideradas co-financiamento nem custos elegíveis. Os custos do pessoal afectado à Acção não são uma contribuição em espécie, podendo ser considerados parte do co-financiamento do orçamento da Acção se forem pagos pela Organização ou pelos seus parceiros.

ARTIGO 15º - PAGAMENTOS

15.1. As modalidades de pagamento são estipuladas no artigo 4º das Condições Especiais e obedecem a uma das três opções seguintes:

Opção 1: O período de execução do Acordo não ultrapassa 12 meses ou a contribuição é inferior a 100 000 euros

A Entidade Adjudicante transferirá um pré-financiamento de montante compreendido entre 80% e 95% do montante mencionado no nº 2 do artigo 3º das Condições Especiais, após dedução dos imprevistos, no prazo de 45 dias a contar da recepção do Acordo assinado por ambas as Partes e acompanhado de um pedido de pagamento conforme ao modelo do Anexo V.

A Entidade Adjudicante pagará o saldo no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório final.

Opção 2: O período de execução do Acordo é superior a 12 meses e a contribuição é igual ou superior a 100 000 euros

A Entidade Adjudicante transferirá um pré-financiamento de montante compreendido entre 80% e 95% da parte do orçamento previsional dos primeiros 12 meses da Acção por ela financiada (excluindo os imprevistos), no prazo de 45 dias a contar da recepção do Acordo assinado por ambas as Partes e acompanhado de um pedido de pagamento conforme ao modelo do Anexo V.

Cada pagamento de pré-financiamento suplementar cobrirá o saldo da parte do orçamento relativo ao período precedente financiada pela Entidade Adjudicante (incluindo eventuais imprevistos aprovados) acrescido de um pré-financiamento de montante compreendido entre 80% e 95% da parte do orçamento previsional dos 12 meses seguintes (ou do período restante se este for mais curto, como acontece no caso do último pagamento anual adicional) da Acção por ela financiada (excluindo os imprevistos), devendo ser efectuado pela Entidade Adjudicante no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório de progresso, desde que as despesas realmente efectuadas representem no mínimo 70% do montante do pagamento imediatamente precedente (e 100% dos pagamentos anteriores, se for caso disso), tal como atestado pelo relatório correspondente. Para efeito da presente disposição, os fundos consideram-se dispendidos quando forem sujeitos a um compromisso jurídico formal entre a Organização (ou os seus parceiros) e terceiros.

A Entidade Adjudicante pagará o saldo no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório final.

- 15.2. Qualquer relatório será considerado aprovado no prazo de 45 dias a contar da sua recepção, acompanhado de um pedido de pagamento conforme ao modelo do Anexo V, salvo reacção em contrário por parte da Entidade Adjudicante.

Se a Entidade Adjudicante não tencionar aprovar um relatório que lhe foi apresentado, deverá enviar à Organização um pedido fundamentado no qual especifica as informações complementares que lhe deverão ser facultadas no decurso do primeiro período de 45 dias. A data-limite para a aprovação do relatório será suspensa até à recepção das informações solicitadas. Se a Entidade Adjudicante considerar que um pedido de pagamento não é admissível, deverá enviar à Organização um pedido no qual expõe as suas razões e especifica as informações complementares que lhe deverão ser facultadas no decurso do segundo período de 45 dias. O prazo de pagamento será suspenso até à data de registo de um pedido de pagamento devidamente formulado.

Os relatórios devem ser apresentados em conformidade com o artigo 2º.

A aprovação de um relatório não implica o reconhecimento da sua regularidade, nem do carácter autêntico, completo e correcto das declarações e informações nele contidas.

- 15.3. No termo do prazo de pagamento referido no nº 1, a Organização poderá exigir, o mais tardar dois meses após a data de recepção do pagamento fora do prazo, juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas operações principais de refinanciamento tal como publicada no Jornal Oficial da União Europeia, série C, no primeiro dia do mês em que o prazo em questão tenha terminado, acrescidos de 3,5 pontos percentuais.

Os juros referir-se-ão ao período decorrido entre o dia seguinte à data do termo do prazo de pagamento e a data de pagamento. Qualquer pagamento parcial cobrirá em primeiro lugar os juros de mora.

Os juros não são considerados como uma receita para a determinação do montante final do financiamento comunitário na acepção do artigo 17º. A suspensão do pagamento pela Entidade Adjudicante não pode ser considerada um atraso de pagamento.

- 15.4. O pré-financiamento referido no nº 1 é fixado a um nível compreendido entre 80% e 95%, por incrementos de 5%, em função dos resultados obtidos anteriormente pela Organização, nomeadamente no que se refere ao respeito pelo prazo fixado para a apresentação do relatório final.
- 15.5. A Entidade Adjudicante efectuará os pagamentos em euros na conta bancária referida na ficha de identificação financeira constante do Anexo IV. Se o pagamento for depositado numa conta bancária já conhecida da Entidade Adjudicante, o Beneficiário pode facultar uma cópia da ficha de identificação financeira correspondente.
- 15.6. Se possível, os fundos pagos pela Entidade Adjudicante serão conservados em contas bancárias expressas em euros, podendo ser depositados conjuntamente com as contribuições provenientes de outros doadores. Podem também ser convertidos noutras moedas tendo em vista facilitar o seu desembolso.
- 15.7. Em relação às Acções de gestão conjunta, são aplicáveis as regras e procedimentos da Organização relativos aos juros bancários, sendo garantida a igualdade de tratamento entre os doadores. Esta disposição aplica-se no pressuposto de que tais regras e procedimentos são conformes às normas internacionalmente aceites nesta matéria.

Em todos os outros casos, os juros recebidos pela Organização produzidos pelos fundos recebidos da Entidade Adjudicante serão identificados como tal e contabilizados nos relatórios apresentados à Entidade Adjudicante. Estes juros serão reembolsados à Entidade Adjudicante. Nestes casos, sem prejuízo das condições previstas na regulamentação aplicável da Comunidade Europeia:

- Os juros auferidos nos pagamentos de pré-financiamentos iguais ou inferiores a 250 000 euros (ou relativamente à gestão de crises, igual ou inferior a 750 000 euros por acordo no final de cada exercício financeiro e para projectos de mais de 12 meses) não serão devidos à Entidade Adjudicante.

- Os juros auferidos em pagamentos de pré-financiamentos que excedam os montantes acima indicados e inferiores a 750 000 euros serão atribuídos à Acção e deduzidos do pagamento do saldo dos montantes devido à Organização, a menos que a Entidade Adjudicante solicite à Organização o reembolso dos juros gerados pelos pré-financiamentos antes do pagamento do saldo.

A Entidade Adjudicante recuperará para cada período de relato subsequente à execução do Acordo o montante de juros auferidos relativamente a pré-financiamentos que excedam 750 000 euros por acordo no final do exercício financeiro.

ARTIGO 16º - CONTABILIDADE E CONTROLO TÉCNICO E FINANCEIRO

- 16.1. A Organização manterá registos e contas precisos e sistemáticos relativos à execução da Acção. Deverá ser realizada uma contabilidade separada para cada Acção, que evidencie o conjunto das despesas e das receitas.

Relativamente às Acções de gestão conjunta, serão aplicáveis as regras contabilísticas da Organização, desde que estas sejam conformes às normas internacionalmente aceites nesta matéria.

Em todos os outros casos, a Organização utilizará uma contabilidade específica de partidas dobradas, no âmbito ou em complemento do seu próprio sistema de contabilidade. Esta contabilidade específica deverá obedecer às regras estabelecidas pela prática profissional e indicar com precisão os juros gerados pelos fundos pagos pela Entidade Adjudicante.

- 16.2. As operações e as demonstrações financeiras serão sujeitas aos processos de auditoria interna e externa previstos na regulamentação financeira e nas regras e directivas da Organização. Esta última transmitirá uma cópia das demonstrações financeiras auditadas à Comissão Europeia.
- 16.3. Durante um período de cinco anos, no mínimo, após a data de conclusão referida no nº 5 do artigo 12º, a Organização deverá:
 - Conservar os documentos de contabilidade financeira relativos às actividades financiadas pela contribuição;
 - Colocar à disposição dos órgãos competentes das Comunidades Europeias, mediante pedido, todas as informações financeiras necessárias, nomeadamente as contas relativas à Acção, independentemente de esta ser executada pela Organização, pelos seus parceiros responsáveis pela execução ou pelos seus adjudicatários.
- 16.4. Em conformidade com o seu regulamento financeiro, as Comunidades Europeias, incluindo o Tribunal de Contas Europeu, podem proceder a verificações, nomeadamente no local, relacionadas com as operações financiadas pela Entidade Adjudicante.
- 16.5. Estas disposições são aplicáveis em conformidade com qualquer acordo específico eventualmente concluído nesta matéria entre a Organização e a Comunidade Europeia.

ARTIGO 17º – MONTANTE FINAL DO FINANCIAMENTO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 17.1. O montante total a pagar pela Entidade Adjudicante à Organização não pode exceder o montante máximo da contribuição estipulado no nº 2 do artigo 3º das Condições Especiais, mesmo se as despesas reais totais excederem o orçamento total estimado previsto no Anexo III.
- 17.2. No caso de o nº 2 do artigo 3º das Condições Especiais fixar o montante do financiamento da Entidade Adjudicante numa percentagem máxima do custo total elegível e estimado ou de os custos elegíveis no final da Acção serem inferiores ao custo total estimado mencionado no nº 1 do artigo 3º das Condições Especiais, a contribuição da Entidade Adjudicante pode limitar-se ao montante que resulte da multiplicação do montante das despesas reais pela percentagem fixada no nº 2 do artigo 3º das Condições Especiais.

Se a alteração da percentagem, prevista no nº2 do artigo 3º das condições especiais, no decurso da execução for previsível, a Organização consultará imediatamente a Entidade Adjudicante para chegar a acordo sobre as medidas apropriadas, em conformidade com o disposto no artigo 9º.
- 17.3. A Organização aceita que a contribuição da Entidade Adjudicante se limite ao montante necessário para equilibrar as receitas e as despesas da Acção e que não possa, em caso algum, proporcionar-lhe um excedente.
- 17.4. Caso a Acção seja suspensa ou não seja concluída no decurso do período de execução do presente Acordo, os saldos existentes após pagamento de todas as dívidas contraídas no decurso deste período, incluindo os juros eventualmente recebidos, serão reembolsados à Entidade Adjudicante.
- 17.5. Em caso de não execução, de execução incorrecta ou de execução parcial ou tardia da Acção, e sem prejuízo do seu direito de denunciar o presente Acordo em conformidade com o nº 2 do

artigo 12º, a Entidade Adjudicante pode, após ter proporcionado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações, e sem prejuízo do disposto no artigo 13º, reduzir a contribuição em função da realização efectiva da Acção nas condições previstas no presente Acordo.

ARTIGO 18º – REEMBOLSO

- 18.1. Sempre que se justifique proceder a um reembolso, a Organização compromete-se a reembolsar à Entidade Adjudicante, o mais tardar 45 dias após a data de recepção do pedido desta última, os montantes que tenham sido pagos em excesso relativamente ao montante final devido.
- 18.2. Caso a Organização não proceda ao reembolso nos prazos fixados, o montante por ela devido produzirá juros à taxa indicada no nº 3 do artigo 15º. Os juros referir-se-ão ao período decorrido entre o dia seguinte à data do termo do prazo de pagamento e a data de pagamento. Qualquer pagamento parcial cobrirá em primeiro lugar os juros de mora.
- 18.3. O reembolso dos montantes devidos à Entidade Adjudicante pode efectuar-se por compensação com os montantes devidos à Organização a qualquer título, após ter informado esta última dessa opção. Para o efeito, não é exigida a aprovação prévia da Organização. Esta disposição é aplicável sem prejuízo de um eventual escalonamento dos pagamentos acordado entre as Partes.
- 18.4. As despesas bancárias causadas pelo reembolso dos montantes devidos à Entidade Adjudicante ficam exclusivamente a cargo da Organização.